

Voluntariado no Controle Social da gestão das cidades: um olhar sobre o voluntariado no Observatório Social de Piracicaba

CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA DI MARCO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

ELIANA TADEU TERCI
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ - ESALQ/USP

Voluntariado no Controle Social da gestão das cidades: um olhar sobre o voluntariado no Observatório Social de Piracicaba.

Resumo

A Constituição Federal de 1988 incorporou formatos participativos nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil. Além da participação dos cidadãos nos diversos conselhos gestores de políticas públicas, surgiram diversas organizações, sem fins lucrativos, vocacionadas ao exercício de controle social da gestão pública, contando com a participação voluntária dos cidadãos. Este artigo buscou entender as motivações e disposição destes cidadãos, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos voluntários participantes do Observatório Social de Piracicaba (entidade civil sem fins econômicos, sediada na cidade de Piracicaba - SP). Os dados coletados foram analisados pelo método da análise sociológica do discurso. O trabalho não identificou diferenças entre a motivação para as atuações voluntárias com vistas ao controle social daquelas atuações tradicionais de caráter filantrópico e assistencial o que pode ser explicado pela fraca politização do exercício do voluntariado.

Palavras-chaves: Voluntariado, Controle Social, Motivação.

1 Introdução

O Brasil, nos termos da Constituição Federal de 1988, é uma democracia, conforme reza o artigo 1º, Parágrafo Único: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Este princípio sedimenta a base legal para a afirmação do ideal democrático que o país busca, pois:

A democracia, em verdade, repousa sobre dois princípios fundamentais ou primários, que lhe dão a essência conceitual: (a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo; (b) a participação direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular (SILVA, 2017, p. 133).

O conceito de democracia está, assim, vinculado às ideias de soberania e participação popular, tanto indireta, exercida por representantes eleitos, como direta, através da participação do cidadão na gestão pública, sendo que para isso, a Constituição Federal de 1988 assegurou várias formas de participação popular.

Essa institucionalização da participação, na verdade, foi conquista obtida pela luta de diversos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, que pediam maior participação do cidadão nas decisões de governo no país e que foram absorvidas pelas leis a partir da redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, particularmente nos artigos da 5º, XXXIV e XXXV, que versa sobre o livre direito de petição de acesso ao Judiciário; no art. 31, § 3º, que trata do poder de fiscalização das contas dos municípios pelos cidadãos; no art. 74, § 2º, que versa sobre a legitimidade de qualquer pessoa para denunciar irregularidades nas contas públicas para os Tribunais de Contas, entre outros (BRASIL, 1988). (AVRITZER, 2008; GONH, 2002).

Além disso, são possíveis outras formas de interlocução entre cidadão e Estado, através da participação nos Conselhos Gestores (Saúde, Idoso, Criança e Adolescente, etc.), Orçamentos Participativos, Audiências Públicas, entre outros modelos participativos (AVRITZER, 2008).

Esse controle das ações públicas pela população, também chamado de controle social, consiste de mecanismos e espaços para que a sociedade possa interferir e estabelecer certo

controle do poder público, controle esse considerado por Pinho e Sacramento (2009) um dos eixos de sustentação do regime democrático.

Nesse sentido, “em diversos municípios brasileiros, surgem iniciativas voltadas ao combate à corrupção, à promoção da cidadania fiscal, à avaliação da qualidade de programas governamentais e à construção de indicadores de desenvolvimento e de qualidade de vida” (SCHOMMER; MORAES, 2010, p. 300).

Assim, esses cidadãos escolhem ocupar os espaços de participação se engajando como voluntários em observatórios sociais (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012), o que é algo novo e bem diverso da prática tradicional de voluntariado, já que as pessoas, em geral, preferem ser voluntárias em projetos de Instituições Religiosas ou de Assistência Social (IBOPE, 2011).

Diante disso, cabe indagar sobre qual seria a motivação desse novo grupo de voluntários. Será que é um fenômeno isolado causado pela situação política atual do país, ou é algo menos transitório, baseado numa trajetória de ações e instituições da sociedade civil que acabam por convergir para a cobrança da *accountability* da gestão (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Para tentar entender essa questão sobre se há ou não uma motivação especial nesse tipo de voluntariado, realizou-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo tendo o Observatório Social de Piracicaba como objeto de estudo. Para isso, após um breve período de observação das atividades dos membros, foram realizadas entrevistas com o intuito de buscar respostas sobre aspectos pessoais e motivacionais desses voluntários em fazer parte da entidade estudada.

Além disso, com base numa revisão bibliográfica sobre o tema, buscou-se construir um inventário de motivações para o voluntariado no Brasil e verificar qual seria a aderência dos membros do Observatório Social de Piracicaba com os casos identificados na literatura.

2 Referencial Teórico

2.1 Controle Social e sua relação com *accountability* e participação popular

Schommer e Moraes defendem que “o objetivo primordial do controle judicial é garantir os direitos fundamentais e garantir que os governantes e servidores públicos atuem de acordo com a lei” (2010), porém destacam o controle social das atividades do Estado e dos servidores como sendo outro pilar importante do processo democrático.

Assim, “a participação democrática na gestão governamental denomina-se controle social, sendo este entendido como um espaço de representação da sociedade que promove a articulação de diferentes grupos populares” (MACHADO; et al., 2015, p. 306). Esse controle social pode se dar de forma individual ou também através da participação em organizações civis representativas (BULLA; LEAL, 2004).

O controle social é uma forma de atuação da *accountability*, a qual se relaciona à ideia da responsabilização necessária que os gestores públicos devem ter pelos seus atos, ou na acepção de Pinho e Sacramento:

Accountability encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva (2009, p. 1348).

A questão que se coloca a partir dessa definição é como viabilizar e regulamentar a prestação de contas e de que maneira a população interessada poderia ser envolvida no processo, realizando esse controle social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é permitido a qualquer cidadão participar do processo democrático, bem como de fiscalizar os atos públicos, afinal “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988).

Assim, a Constituição garante a qualquer cidadão o direito à participação, podendo fazer isso de forma eleitoral (votando e sendo votado), participando de plebiscitos, referendos ou ainda na proposição de leis de iniciativa popular, como preleciona o art. 14 da Carta Magna. Além disso, o cidadão pode participar através de conselhos gestores (federais, estaduais e municipais), expondo sua opinião em audiências públicas e outras instâncias participativas (AVRITZER, 2008).

Cabe ainda nesse escopo, a participação direta através da atuação dos cidadãos em associações de defesa de interesses públicos, como sindicatos, partidos políticos ou associações civis, as chamadas ONGs. Estes casos, importante registrar, são formas associativas de participação popular para controle social, que alargaram a esfera da *accountability* num sentido *bottom up*, recebendo a denominação específica de *accountability* societária, ou societal (LAVALLE; CASTELLO, 2008).

Lavalle e Castello trabalham com a ideia de que as organizações civis “satisfazem as expectativas mais elevadas do ideário da democracia participativa” (idem, p.69), já que são altamente exigentes e dispõe de farto repertório no controle do poder público e de suas instâncias administrativas a pelo fato de estarem relacionadas a novas práticas de governança que “multiplicaram as interfaces de contato institucionalizado entre o poder público e interesses sociais organizados e representados” (ibidem, p. 68). Logo, a constituição de associações possibilita uma força de pressão melhor, capaz de exigir maior responsabilidade do Estado e de seus agentes por seus atos, obtendo, desta forma, melhores resultados no controle social.

Nessa direção há muitos exemplos de entidades que trabalham pelo controle social no Brasil, tais como a Rede AMARRIBO de Controle Social, Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e a Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012).

Resumidamente, é fato que há várias formas de controle social e fiscalização do Estado pelo cidadão, contudo é importante verificar como essa atividade se viabiliza.

2.2 A Transparência Pública como mecanismo de controle social e *accountability*.

Trabalhando mais um pouco com a conceituação de *accountability*, Pinho e Sacramento observam que “o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo” (2009, p. 1365).

Nesse sentido, a obrigação de prestar contas e a transparência dos atos praticados pelos gestores públicos são aspectos desejados e necessários para que o cidadão possa realmente participar de forma democrática na busca desse ideal de *accountability*.

Em outros termos, a participação da sociedade na gestão pública como fiscalizadora passa necessariamente pelas questões relacionadas à publicidade e transparência dos atos públicos e das contas públicas, já que será sobre esse material que o cidadão e as suas organizações irão trabalhar.

Sendo assim, a publicidade dos atos públicos torna-se dimensão fundamental para o exercício democrático, conforme prevê a Constituição de 1988 em seu artigo 37, o qual versa sobre os princípios da Administração Pública com destaque para o da Publicidade (BRASIL, 1988). Nas palavras de Celso Antonio Bandeira de Mello:

Não pode haver um Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição), ocultamente aos administrados dos assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida (2015, p. 117)

E mais, além de determinar a Publicidade como um princípio basilar do Estado democrático de direito brasileiro, a Constituição ainda nos dá uma série de garantias para assegurar a realização desse direito social, em especial no seu art. 5º, XXXIII (garantia de receber informações de seu interesse particular prestadas pelos órgãos públicos), além das ações judiciais específicas do *habeas data* e o mandado de segurança (individual e coletivo), que permitem que o cidadão receba as informações públicas que solicitar, e /ou tenha protegido seus direitos líquidos e certos em face da Administração Pública (BRASIL, 1988).

Fortalecendo essas normas constitucionais, a Lei Federal nº 8.429/92 configurou como ato de improbidade o não cumprimento dos princípios da Administração Pública, dentre eles o da Publicidade (BRASIL, 1992).

Além de garantir e proteger esse princípio da Publicidade, a legislação o tornou operacionalizável como se depreende do esclarecimento prestado por Raupp e Pinho, quando escrevem sobre a intencionalidade das leis criadas para isso:

A Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), apesar de tornar obrigatória a prestação de contas por meio de alguns instrumentos de gestão fiscal e o uso de meios eletrônicos para a sua efetivação, representou um marco inicial nesse sentido. Parte do texto da LRF foi aperfeiçoada com a Lei da Transparência Fiscal (Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009), que ampliou o leque de instrumentos de prestação de contas e definiu critérios e prazos para que os órgãos públicos pudessem se adaptar às novas exigências. A mais recente publicação, a Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), também acrescentou novos instrumentos de prestação de contas, além de confirmar o uso de meios eletrônicos para sua efetivação. Entende-se que a exigência legal não deveria ser suficiente para motivar a prestação de contas, mas sim a perspectiva de um valor fundamental dessa ação, decorrente de expectativas democráticas e de contribuições para a construção de condições de *accountability* (2013, p. 194).

Alguns autores afirmam que tais leis são os meios de efetivação da transparência, bem como instrumentos de combate à corrupção (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014), bem como promotoras de uma governança mais aberta e transparente (PRADO; RIBEIRO; DINIZ, 2012).

Assim, pode-se inferir que há extensa legislação constitucional e infraconstitucional permitindo ao cidadão participar na Administração pública, porém, de nada adianta se a população não estiver realmente envolvida com ações de controle e social, que efetivem a *accountability*, o que envolve a disponibilidade e vontade de exercer a participação.

2.3 O Voluntariado

A ação de voluntariado é prática importante e muito valorizada em nossa sociedade. Os dados revelam que 25% dos brasileiros fazem ou já fizeram algum tipo de serviço voluntário (IBOPE 2011, p. 10). Ademais, esse tema ganhou destaque internacional a partir da definição em âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) o ano de 2001 como o ano do Voluntariado. Desde então a essa prática vem crescendo ao longo do tempo, tanto em número de pessoas envolvidas, como em entidade que realizam trabalho voluntário (CAVALCANTE, 2013, p.163).

Abaixo trazemos duas definições para o termo voluntário, a brasileira e a concebida pela ONU:

Quadro 1: Definições de Voluntário

ONU (2017)	Voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem estar social ou outros campos.
Lei Federal nº 9.608/1998	Voluntário é a pessoa física que presta atividade não remunerada à entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

*Fonte: elaborado pelo autor

A legislação brasileira definiu o voluntário de forma indireta, já que o art. 1º da Lei do Voluntariado (Lei Federal 9.608/1998) define o serviço voluntário. Na verdade, vale ressaltar que o trabalho voluntário não se limita a uma só ação, podendo ser realizado forma variada, como se depreende das palavras de Garay:

Enquadram-se na categoria trabalho voluntário as mais variadas possibilidades de ação, entre as quais o atendimento direto aos clientes fim, a elaboração de trabalhos especializados, treinamentos, divulgação de ações, a busca de recursos para a implementação de projetos, o desenvolvimento de trabalhos autossustentáveis, o fortalecimento e a maximização de estruturas e recursos administrativos e organizacionais, assim como a participação em campanhas pontuais que visem o atendimento de situações específicas, como, por exemplo, catástrofes ambientais. (2001, pág. 08).

Contudo, apesar de ampla possibilidade de realização de atividades de trabalho voluntário, Garay visualiza a intercedência da tradição cultural de cada povo na realização do voluntariado, o que acaba por diferenciar os valores que determinam como e onde se prestam os serviços voluntários, como se vê pelo exemplo a seguir:

Quadro 2: Valores associados à atividade voluntária de acordo com a cultura do país.

Brasil	Associação aos valores religiosos, caridade e concepções com o assistencialismo.
EUA	Associação aos valores como associativismo. Voluntariado faria parte da cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da procedência da sociedade em relação ao Estado.

*Fonte: elaborado pelo autor com base em GARAY, 2001, p. 08.

As diferenças são significativas, pois no Brasil, os valores estão muito relacionados à ética religiosa da tradição católica de nossa sociedade e às práticas de caridade; ao passo que nos EUA, estão muito mais relacionadas ao exercício da civilidade e à ética protestante que está na origem daquela nação.

Com base na pesquisa feita pelo IBOPE/Rede Brasil Voluntário é possível perceber que os brasileiros atuam de forma voluntária, preferencialmente, em ações religiosas, culturais, de lazer e entretenimento. Na verdade, melhor detalhando, a ação voluntária ocorre em 49% dos casos em uma instituição religiosa, seguido por instituição de assistência social (25%), associação de bairro (12%) e instituição educacional (10%) (IBOPE, 2011, p. 29).

Ainda são raros os casos em que a atividade de trabalho voluntário se dá em ações relacionadas à fiscalização das contas públicas ou de políticas públicas, tanto que essa opção de trabalho de voluntariado nem aparece na pesquisa IBOPE/Rede Brasil Voluntário. Porém,

como se pode ver pelo aumento do número de Observatórios Sociais no país, o envolvimento nas atividades ligadas ao controle social tem sido crescente.

Quando se busca entender as motivações dos voluntários nos Observatórios e organizações similares, observa-se que são raros os trabalhos científicos sobre esse tema, haja vista que um estudo realizado em 2013 que pesquisou de forma mais específica o tema da motivação no trabalho voluntário em instituições sem fins lucrativos, utilizando com base de dados:

[...] materiais publicados no Brasil em língua portuguesa, independente da data de publicação disponíveis na internet. Foram alvo desta pesquisa, dissertações, teses e artigos de periódicos, estes últimos, constantes na tabela de classificação dos periódicos Qualis da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com classificação mínima B5 e nos congressos e publicações da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) pesquisados no seu site, alcançando assim, todos os seus eventos em todas as suas edições (CAVALCANTE, 2013, p.165).

Nesse estudo, foram pesquisados os temas: “voluntário” e “voluntariado e terceiro setor”, encontrando 562 documentos sobre essa temática (CAVALCANTE, 2013, p.167). Entretanto, apenas 20 desses documentos tinham relação com o tema motivação no trabalho voluntário em instituições sem fins lucrativos (idem, p.167).

Na verdade, há “vasta pesquisa a respeito dos motivos que levam uma pessoa a voluntariar, bem como o que faz a pessoa continuar voluntariando por longo tempo” (PICCOLI; GODOI, 2012, p. 340), contudo, ela tem grande presença em outros países, sendo que a pesquisa nacional ainda é bem escassa (CAVALCANTE, 2013).

Apesar disso é possível achar bons trabalhos que podem orientar e referenciar a questão de saber se há uma motivação diferente nos voluntários que escolhem entidades de controle social aquelas motivações tradicionais.

Souza e Medeiros (2012), partindo da premissa de que voluntariado pressupõe “uma renúncia ao próprio interesse, em favor do interesse, do bem-estar e do progresso da coletividade” (p. 97), apresentam de forma simples a chamada Teoria da Hierarquia do Trabalho Voluntário por nível de altivez da ação, criada através da união e adaptação das caracterizações de motivos dos voluntários trabalhadas em McCurley e Lynch (1998) e Mostyn (1993) (idem, p. 99).

Tal teoria divide as motivações dos voluntários em cinco níveis, classificados de acordo com a sua importância para as pessoas e identificados com base na forma que a decisão de agir voluntariamente se deu. Resumidamente, os níveis seriam:

Quadro 3: Resumo dos níveis de motivos do trabalho voluntário

Nível (ação)	Formas de basear a decisão
I (Altruísta)	A decisão aparece fortemente relacionada ao desejo de promover o bem-estar, por convicção política ou religiosa, mediante doação pessoal à prática e à socialização de iniciativas que atestam qualidades humanas superiores.
II (Afetiva)	A decisão aparece pautada no (re)encontro com o coletivo. Para o voluntário, estar junto e fazer o bem aos outros transmite a sensação de dever cumprido, de responsabilidade.
III (Amigável)	A decisão está vinculada à constituição e ao desenvolvimento de redes de sujeitos em situação similar, estando o voluntário interessado em compartilhar valores e em fortalecer elos grupais próximos a espaços situacionais que ele vivencia ou que vivenciou.
IV	A decisão está fundada na busca de competências e de habilidades

(Ajustada)	específicas, estando o voluntário interessado no seu auto desenvolvimento, pela via da ação social, sob o reconhecimento de <i>status</i> privilegiado.
V (Ajuizada)	O cálculo é fator preponderante, estando a ação vinculada à perspectiva da autoproteção, mediada pela ideia da obtenção e/ou preservação de vantagens próprias, ainda que secundariamente vinculadas ao coletivo.

*Fonte: Elaborado pelo autor com base em de SOUZA; MEDEIROS, 2012, p. 99-101.

Portanto, há uma gama de motivos que são agrupados dentro de cada um dos níveis de trabalho voluntário, especificando, desta forma, as motivações que levam as pessoas a exercer o voluntariado.

Além dessa hierarquia de motivos, outra teoria trabalhada no Brasil que merece destaque, é a teoria baseada na visão das relações simbólicas que envolvem a motivação no trabalho voluntário (SALAZAR; SILVA; FANTINEL, 2015).

Nesta abordagem, através de “um olhar simbólico interpretativo, compreende-se, [...], a motivação como algo complexo, individual e social, informal e subjetivo interpretativista” (SALAZAR; SILVA; FANTINEL, 2015, p. 178). Ou seja, a atividade voluntária se dá e se mantém por trazer ao voluntário uma imagem melhorada de si próprio.

Desta feita, com base na legislação e nos trabalhos acima identificados, buscou-se entender se há uma motivação especial nos voluntários que optam por exercer suas atividades em entidades ligadas ao controle social.

3 Metodologia

O objetivo do trabalho é identificar as motivações e disposição desses cidadãos, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos voluntários participantes do Observatório Social de Piracicaba, tendo os dados colhidos analisados pelo método da análise sociológica do discurso, além da revisão da literatura sobre o tema.

Segundo dados de maio de 2018, há atualmente 133 observatórios cadastrados na Rede Observatório Social do Brasil¹. Comparando essas informações com dados de setembro de 2010, em que havia apenas 36 observatórios (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012, p. 239) é possível perceber um destacado aumento nesse tipo de voluntariado em atividades de controle social estatal². Essa foi a principal razão que nos levou a escolher essa modalidade de atuação voluntária para realização da pesquisa, pois os observatórios sociais constituem uma rede de entidades que:

[...] buscam monitorar a ação dos governos locais, sistematizar e disseminar informações relativas ao município, enfatizando a relevância do espírito de cidadania fiscal pró-ativa de cada cidadão em sua comunidade e a relação entre vigilância social e justiça social (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012, p. 239).

Dentro dessa rede, optamos por selecionar o Observatório Social de Piracicaba (OSP), entidade civil sem fins econômicos, fundada em 30/08/2016, cuja missão é proporcionar à sociedade, oportunidades que promovam a coesão social, por meio da transparência na gestão dos recursos públicos da cidade de Piracicaba - SP (OSP - Estatuto Social)³.

A pesquisa iniciou-se com uma análise geral do OSP através da leitura de seus documentos disponíveis na internet, observação de suas atividades e também do trabalho de seus voluntários nas reuniões⁴. Além, dessa observação *in loco*, realizou-se uma série de entrevistas semiestruturadas baseadas no método de pesquisa qualitativa, o qual se adequa aos objetivos da pesquisa: entender as questões motivacionais que levam as pessoas a exercer o voluntariado no controle da gestão pública.

Para a definição da amostra, optou-se por selecionar aqueles membros que participam sistematicamente das atividades do Observatório, pois como a entidade é relativamente nova, não há ainda uma agenda de trabalho definida, havendo muitos voluntários inscritos, mas poucos realmente participantes nas reuniões e nas tarefas propostas pela organização.

Sendo assim, delimitou-se a amostra aos sete membros mais assíduos e com maior atuação nos trabalhos realizados pelo OSP, identificados durante o período que em realizou-se a observação *in loco* (abril a junho de 2017). Infelizmente, um destes voluntários se recusou a conceder a entrevista, reduzindo-se o universo a seis entrevistas (85,7% do total esperado). Para este trabalho os entrevistados serão apenas identificados conforme o quadro abaixo:

Quadro 4: Perfil dos Entrevistados da - entrevistas realizadas em junho 2017.

	Idade	Escolaridade/Formação	Ocupação	Início no OSP
E1	71	Superior/Administração	Aposentado	Fundador
E2	65	Superior/Administração	Aposentado	Fundador
E3	61	Sup./Eng. Mecânica	Apos./Empresário	Voluntário - 7 meses
E4	66	Sup. Eng. Agrônômica	Empresário	Fundador
E5	66	Superior/Administração	Aposentado	Fundador
E6	66	Sup./Eng. Civil	Aposentado	Fundador

*Fonte: Elaborado pelo autor

Para a entrevista semiestruturada, foram elaboradas 18 perguntas⁵, as quais foram construídas dentro de três categorias, conforme o resumo apresentado abaixo:

Quadro 5: categorias e explicações das perguntas da entrevista semiestruturada

Categoria	Explicação	Perguntas
História de vida	Focam o histórico do sujeito e sua forma de chegada ao OSP.	1 a 8
Entendimento e aprendizado	Busca entender se houve aprendizado na atividade de voluntário e se esse é valorizado pelo sujeito ⁶ .	9 a 13
Aspirações pessoais e a autoimagem	Avalia as formas que o voluntário se vê e como se sente ao exercer a atividade de voluntariado.	14 a 18

*Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre os dados produzidos usou-se o método da análise do discurso, com base nas técnicas apresentadas por Gill (2002). Foram feitas reiteradas leituras das transcrições, nas quais o foco se manteve sobre o que fora falado, nas regularidades da fala do entrevistado, bem como foi dada relevância para as passagens com hesitação nas respostas, ênfases, mudanças de tom de voz, entre outros pontos extra falas, mas também integrantes dos discursos dos indivíduos.

Como há vários modelos e perspectivas de utilização e uso desse método, foi definido que o mais interessante a ser usado seria a perspectiva social-hermenêutica, que também pode ser chamada de análise sociológica do discurso ou interpretação social dos discursos (GODOI, 2006, p. 385). Tal escolha se deu por ter ocorrido uma observação das ações e das interações dos entrevistados dentro da organização estudada, sendo essa perspectiva a que mais se coaduna com essa visão do contexto organizacional, que “passa a ser o principal referencial do investigador na prática da interpretação” (idem, p. 385).

Ainda explicando esse método de interpretação dos dados coletados, é importante lembrar que:

Fazer análise do discurso implica necessariamente fazer sintaxe e semântica, porém consiste basicamente em fazer pragmática. Tanto em análise do discurso, quanto em pragmática, o objetivo é descrever o que fazem as pessoas quando usam a linguagem, e explicar os aspectos lingüísticos dos discursos, como os

meios empregados nessa atividade. A análise sociológica dos discursos, em sua dimensão pragmática, investiga regularidades sociais e não “leis” formais; encontra referências a contextos, mais que universais, linguísticos e antropológicos; opera por analogia e interpretações locais e não por protocolos genéricos; e tenta descobrir as regularidades encontradas nas realizações lingüísticas que empregam as pessoas para comunicar esses significados e intenções (BROWN; YULE, 1993 *apud* GODOI, 2006, p. 386).

4 Análises e Resultados

Considerando o objetivo deste trabalho de identificar as motivações para o exercício do voluntariado com vistas ao controle social, bem como diferenciar esta motivação daquelas relativas às atividades tradicionais, mais ligadas à caridade, são relevantes as caracterizações de motivos baseadas nas teorias apresentadas em Souza e Medeiros (2012) e em Salazar; Silva e Fantinel (2015), as quais levam em conta a forma e os desejos ligados às ações voluntárias das pessoas, relacionando cada ação a um nível de motivação, lembrando que os resultados são oriundos das análises dos discursos dos entrevistados, relacionando suas falas às ações das teorias dos trabalhos destes pesquisadores.

Assim, percebe-se que os sujeitos baseiam muito de seus atos, em uma ideal de ação altruísta, pois se pautam em promover o bem-estar, por convicção política ou religiosa, ou mesmo para atestar uma qualidade humana superior que possuem, como se vê pelos recortes das falas abaixo:

Quadro 7: Recorte de exemplos de falas ligadas ao nível I (SOUZA; MEDEIROS, 2012)

É outro benefício que eu estou procurando. Talvez uma cidade melhor, um mundo melhor, [...] Para meus netos, para meus bisnetos e para a sequência da minha vida, da vida das minhas filhas (E1).

[...] eu sempre procurei ser voluntário por princípios religiosos, eu sempre procurei servi o meu próximo. Sempre que eu pude ajudar as pessoas, eu procurei ajudá-las como voluntário (E2).

[...] eu sempre acompanhei a política brasileira, municipal e sempre procurei um grupo que pudesse fazer esse tipo de trabalho, não só de fiscalização, mas também de cobrança de correção [...] (E3).

Bem, eu fiz minha parte. [...], é o que importa, e outra, que é o fundamental, cada cidadão não olhasse para o umbigo, entender que a máquina pública é de todos, não é ela, [...], tem que olhar para comunidade (E4).

A ideia de voluntarismo para mim é aquela de que o cidadão que tem o dom, tem uma qualidade, ele disponibiliza essa qualidade, esse dom natural [...] (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

Também é possível verificar que existe uma interação entre os voluntários, que classifica sua motivação no nível II relacionado à ação afetiva entre sujeito e sociedade, já que suas ações detonam um desejo de pertencimento e de ação coletiva para atingir a um fim, como transmitindo a sensação de dever cumprido ou de cumprimento de uma responsabilidade com a sociedade:

Quadro 8: Recorte de exemplos de falas ligadas ao nível II (SOUZA; MEDEIROS, 2012)

[...] fiz força para que bastante gente fosse, incentivei para que muita gente fosse, estou falando eu, mas quero dizer o Observatório incentivou para que o cidadão comparecesse maciçamente, mesmo que ele não fale, se ele lotasse o salão onde foi feita, já é uma forma de pressionar o próprio vereador [...] (E1).

[...] fui acompanhado todas as atividades, procurado servir a tudo que me fosse designado ou o que me cabia [...] (E2).

A mim satisfaz porque tem um grupo, pelo menos eu participo de um grupo que está ligado, ligado ao que está acontecendo nesse ínfimo pedaço de licitações, nessa fatia do bolo todo [...] (E4).

Acho que a gente pode melhorar muito isso aí, muito (E5).

[...] eu estou satisfeito sim, estou contente em saber mais, em participar disso. Estou me empenhando bastante tá [...] (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

Olhando sob a perspectiva do nível III, o qual se relaciona com a questão amigável das motivações, atenta-se nesse nível, principalmente, se há o desejo de construção de redes de sujeitos em situação similar, que compartilham valores e fortalecendo seus elos pela participação na atividade voluntária, como se percebe nas falas desses sujeitos:

Quadro 9: Recorte de exemplos de falas ligadas ao nível III (SOUZA; MEDEIROS, 2012)

[...] até porque nós não somos o salvador da pátria. Mas eu tenho a certeza de que nós estamos começando a entender como interferir em coisas que podem melhorar muito a cidade (E1).

[...] mas o que me incentivou a me fazer parte foi ver que havia algumas pessoas que pensavam como eu pensava, então eu não tive dúvida e não vacilei, porque é por aí que temos que lutar pelo nosso próximo e também pelos nossos direitos (E2).

[...] é o seguinte, eu sempre acompanhei a política brasileira, municipal e sempre procurei um grupo que pudesse fazer esse tipo de trabalho, não só de fiscalização, mas também de cobrança de correção. E aí foi quando eu vi no jornal a reportagem a respeito do Observatório e [...] comecei a participar (E3).

Isso sempre me incomodou, mas também, nesse dia a dia corrido, eu não sabia o que fazer. Eu também não sou uma pessoa de tomar a dianteira de algum movimento. Eu ajudo muito, mas tomar a dianteira não é perfil, não temperamento meu [...] (E4).

Fui participando, participando, daí fui me envolvendo, fui dando as minhas opiniões [...] (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, o grupo acaba aprendendo com esse exercício, ampliando sua cidadania, a ponto desses atores sociais se perceberem em condição diferenciada em relação à população em geral, já que por suas ações voluntárias eles adquirirem competências e de habilidades específicas, o que muitas vezes os motiva para exercer esse trabalho, conforme o nível IV prediz:

Quadro 10: Recorte de exemplos de falas ligadas ao nível IV (SOUZA; MEDEIROS, 2012)

Foi aquilo que me tocou. Você precisa nascer com alguma coisa para servir o próximo, servir sua cidade, é, às vezes, isso está lá no canto, dormente e daí vai alguém lá e desperta isso (E1).

[...] “Tô “ muito, contente, posso afirmar, com certeza, que estou muito melhor do que antes (E2).

Porque são mais cabeças, são pessoas buscando mais informações, trazendo mais conteúdo, explicando coisas que eu não entendia (E3).

Já dei um passo para frente, já dei um passo para ver como funciona [...] (E4).

A população participa como eu participava, lendo o jornal, então eu estava na opinião do jornalista, não na minha. Hoje não. Hoje eu tenho a minha, eu sei o que estou pensando (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

Entretanto, como se vê pelo nível V, proposto por Souza e Medeiros (2012), os voluntários também perseguem com suas ações, certos objetivos pessoais ou a manutenção de supostas vantagens pessoais, ainda que entremeadas às vantagens coletivas geradas pelo voluntariado à sociedade, o que configura a ação dita ajuizada, como se pode se vê pelos recortes dos discursos:

Quadro 11: Recorte de exemplos de falas ligadas ao nível V (SOUZA; MEDEIROS, 2012)

O cidadão comum que, sem dúvida, possui menos informações que eu tenho hoje [pausa] ele vai sentir uma dificuldade de se localizar lá [...] (E1)

Eu sinto muita satisfação, eu fico muito contente e feliz, diante do grupo do que eu estou fazendo parte, porque é um grupo heterogêneo, cada um tinha um conhecimento profundo da sua área e aquilo que a gente não sabe, eu aprendo com eles e eles estão sempre dispostos a ensinar a gente, compreendem e não me olham como,[hesitação] vamos dizer, um intruso, mas como uma pessoa que está querendo aprender para colaborar (E2).

[...] agora eu até aproveito um pouco o gancho do Observatório, bem porque existe um acesso do grupo que traz facilidades para a gente entender o que está lá (E3).

Se você fizer a pergunta como leigo, é uma resposta, se fizer a pergunta como uma pessoa entendida na gestão pública, ele vai te responder, não talvez de forma correta, mas ele vai te respeitar. Eu percebi isso quando me apresentei pelo nome numa licitação em que fui acompanhar e depois quando eu me apresentei como membro do Observatório. Quando eu entrei na sala me identifiquei como membro do Observatório, tudo o que eles iam fazer eles me davam uma explicação do que porquê faziam aquilo (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

A relação simbólica criada entre voluntários e a organização também é importante quando se analisa motivações, pois ela é algo que tanto faz o sujeito ingressar numa entidade de serviço voluntário, como se manter nela por mais tempo visto o vínculo de importância que se cria, conforme explica Salazar; Silva e Fantinel (2015). Desta forma, é perceptível pelas falas dos sujeitos que o OSP se tornou um ponto de aprendizado e ensino, por meio do qual, eles veem uma chance de potencializar qualidades auto identificadas, ampliando sua autoestima ao sentir que podem servir a sociedade, como se verifica no quadro abaixo:

Quadro 12: Recorte de discursos das relações simbólicas que envolvem a motivação

Talvez a gente consiga criar uma instituição que possa resolver as coisas junto com outras boas instituições que tem em Piracicaba. Mas eu acho que eu já faço coisas, mais coisas que a maioria da população [...] (E1).

[...] eu tenho certeza que aquilo que estamos fazendo alguém irá se beneficiar com isso, isso me deixa muito contente e satisfeito com isso (E2).

A parte que estou fazendo é o meu desejo de criar uma sociedade mais coerente, mais evoluída, de uma política mais honesta. Não me preocupo de fazer isso para eu me sentir melhor que os outros. Eu vou fazer para eu me sentir melhor [muita ênfase]. É uma satisfação para o meu ego, eu fiz o que eu senti que eu deveria ter feito [...] (E3).

Cidadão melhor sim, preparado não. Por quê? Porque eu estou me interessando pela coisa pública, mas tenho muita coisa para fazer, mas, sim, preparado não, pois seria muita pretensão [risos]. Eu fiz um passinho na preparação, de quem não sabe nada para o que sabe alguma coisa, preparando é estar se inteirando do assunto assim [...] (E4).

[...] eu sempre tive isso, essa preocupação em ser um cidadão participativo, digo hoje eu posso, eu sou, eu tenho melhor condição de colaborar, não é. Fazia de maneira um pouco mais empírica, agora não, agora eu tenho certeza que eu sou um pouco melhor [...] (E5).

Eu gostaria de ajudar os necessitados, os lascados da vida, eu gostaria de ajudar esse pessoal. Desde jovem eu sempre ajudei as pessoas, é prazer estar ajudando as pessoas [...] (E6).

*Fonte: Elaborado pelo autor.

5 Considerações Finais

Buscou-se através deste trabalho, avaliar as diferentes escalas de motivos que levam os cidadãos ao exercício de atividades voluntárias relacionadas ao controle social dos recursos públicos e do cumprimento de políticas públicas, atividade de voluntariado que é recente e

destoa da prática tradicional brasileira, que é a prestação de serviço voluntário em atividade de caridade ou assistencial (IBOPE, 2011) Tomou-se por base empírica a experiência do Observatório Cidadão de Piracicaba, usando como ferramenta metodológica a pesquisa qualitativa e o recurso da análise do discurso.

Com base nas caracterizações de motivos trabalhadas por Souza e Medeiros (2012) e também por Salazar, Silva e Fantinel (2015), não se identificou diferenças entre as motivação para as atuações voluntárias com vistas ao controle social daquelas atuações tradicionais de caráter filantrópico e assistencial.

Obviamente, é preciso considerar que a base da pesquisa ainda foi modesta e indica a ampliação da investigação que, conforme se salientou é muito incipiente no Brasil. Vale registrar, entretanto, que o resultado não surpreende se considerarmos a juventude da democracia brasileira e falta de tradição participativa de nossa sociedade. Por outro lado, a falta de politização dessa participação é outro ingrediente explicativo e as falas são reveladoras, expressa a ausência de inserção dos entrevistados os movimentos sociais, ou associações de classe, demonstrando certo voluntarismo na acepção da palavra. O que se pode dizer é que há muito caminho a percorrer para que a participação popular se traduza em avanços na democratização da fiscalização da gestão pública de modo a efetivar a *accountability* nos diversos níveis da federação.

Referências

ALLEGRETTI, D. dos S.; PLATT NETO, O. A.. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, vol. 9, núm. 26, abr./jul., 2010, pp. 79-95. Florianópolis, Brasil. Disponível em: <<http://revista.cresc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1098>>. Acesso em: 07/07/2017.

AVRITZER, L.. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>> . Acesso em: 07/07/2017.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07/07/2017.

_____. Lei Federal nº 8.429/92, de 02 de junho de 1992. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acessado em 07/07/2017.

_____. Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em 07/07/2017.

BULLA, L.C.; LEAL, M.L.M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre - RS, v. 3. n. 1, p. 1-13, dez. 2004. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/973>>. Acesso em: 07/07/2017.

CAVALCANTE, C. E.. Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n38, p.161-182, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3719>>. Acesso em: 07/05/2018.

GARAY, A. B. S.. Voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico?. **Revista de Administração**, São Paulo v.36, n.3, p.6-14, jul./set. 2001. Disponível em: <<200.232.30.99/download.asp?file=v3603006.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa, com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Ed. Vozes, 2002. Capítulo 10, p. 244-270.

GODOI, C.K.. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais – Paradigmas, Estratégias e Métodos**. Org. GODOI, C.K.; MELO, R.B.; SILVA, A.B. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 375-401.

GOHN, M. da G.. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Revista Cadernos Metrópole**, 7 (n. especial), p. 9-31, 2002. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>>. Acesso em: 21/11/2017.

IBOPE. **Pesquisa Voluntariado no Brasil 2011**. Brasil: Apresentação de Slides, 2011. Encomendada pela Rede Brasil Voluntários. Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cbve.org.br/wp-content/uploads/Pesquisa-Voluntariado-no-Brasil-RBV-e-Ibope.pdf>>. Acesso em: 30/04/2018.

LAVALLE, A. G; CASTELLO, G.. Sociedade Civil. Representação e a dupla face da accountability: Cidade do México e São Paulo. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 67-86, Jan./Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a06v2152.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

MACHADO, P. M. de O; et al . Conselhos de Alimentação Escolar em Santa Catarina, Brasil: uma análise do Discurso do Sujeito Coletivo. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 305-317, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v28n3/1415-5273-rn-28-03-00305.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

MEDEIROS, S., MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, 19(1), p. 55–75. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13520>>. Acesso em: 07/07/2017.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 84, de 2.12.2014. São Paulo: Malheiros, 2015.

MONTEIRO, R. P.; PEREIRA, C. A.; THOMAZ, J. L. P. Accountability e Controle Social: Uma reflexão sobre sua importância em relação a democracia. **Revista UNEMAT de**

Contabilidade, v. 5, n. 9, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1162>>. Acesso em: 21/01/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONUBR. Voluntariado. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>>. Acesso em: 07/07/2017.

PICCOLI P.; GODOI C. K.. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organização & Sociedade (O&S)** - Salvador, v.19 - n.62, p. 399-415, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v19n62/02.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R., *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro. Nov./dez.. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

PRADO, O.; RIBEIRO, M. M.; DINIZ, E.. Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Org. José Antonio Gomes de Pinho, Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-41. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/governo_eletronico_e_transparencia.pdf>. Acesso em: 07/07/2017.

RAUPP, F.; PINHO, J. A. G. de. Os Vereadores Prestam Contas em Portais Eletrônicos? um Estudo Comparativo entre Municípios do Estado da Bahia e de Santa Catarina. **Administração Pública e Gestão Social**, [S.l.], p. 89-97, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/462>>. Acesso em: 27/01/2018.

SALAZAR, K. A.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 3, p. 171-200, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v16n3/1518-6776-ram-16-03-0171.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

SCHOMMER, P.C. ; MORAES, R.L. Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. **Revista GESTÃO**. Org. v. 8, n.3, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/886/observatorios-sociais-como-promotores-de-controle-social-e-accountability--reflexoes-a-partir-da-experiencia-do-observatorio-social-de-itajai>>. Acesso em: 30/04/2018.

SCHOMMER, P.C.; NUNES, J.T.; MORAES, R.L.. Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. **Revista Publicações da Escola da AGU**. Nº 12, 2012. Disponível em: <<https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1595>>. Acesso em: 30/04/2018

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40 ed. rev., atual. Malheiros Editores. São Paulo – SP, 2017.

SOUZA, W. J.; MEDEIROS, J. P. Trabalho voluntário: motivos para sua realização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 33, p. 93-102, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2735/273523604008.pdf>>. Acesso em: 07/07/2017.

¹Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/observatorios-pelo-brasil/>>. Acesso em: 07/05/2018.

²Na verdade, o número de Observatórios Sociais é maior do que os 133 informados pela Rede Observatório Social do Brasil, já que há outros Observatórios Sociais, os quais não estão ligados a essa rede, mantendo uma ligação com outra rede ligada ao Observatório Social de Maringá. Por exemplo, o Observatório Social de Piracicaba está ligado ao Observatório Social de Maringá.

³Disponível em: <<http://ospiracicaba.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Estatuto-Social-OSP.pdf>>. Acesso em: 07/05/2018.

⁴O trabalho de observação bem como de coleta de dados se deu durante os meses de abril a junho de 2017.

⁵ As perguntas e os referenciais teóricos que as embasaram, seguem abaixo:

Quadro 13: Perguntas utilizadas e seu referencial teórico para sua elaboração

Pergunta	Referência
1: Qual sua profissão ou ocupação?	Sem referencial
2: Você já foi voluntário antes de ser voluntário no Observatório Social de Piracicaba (OSP)? Ou é voluntário em alguma instituição?	Souza; Medeiros, 2012
3: Como você resolveu ser voluntário no OSP?	Souza; Medeiros, 2012
4: Como você ficou sabendo do OSP?	Sem referencial
5: Antes de ser voluntário na OSP você já tinha pensando sobre a possibilidade da população ser fiscal da forma que é gasto o seu dinheiro?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
6: Você acompanhava como a Prefeitura gastava o dinheiro dos impostos?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
7: Você acha que o prefeito iria gastar melhor e com mais qualidade se soubesse que as pessoas realmente estão olhando como as verbas são gastas? Por quê?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
8: Participação da sociedade pode melhorar o município?	Pinho; Sacramento, 2009
9: Antes de ser voluntário alguma vez você se interessou em acessar os portais de transparência da Prefeitura ou de outros órgãos públicos?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
10: E hoje, você os acessa normalmente?	Sem Referencial
11: Acha fácil encontrar o que procura quando acessa?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
12: É fácil uma pessoa resolver fiscalizar a coisa pública em Piracicaba?	Pinho; Sacramento, 2009
13: Qualquer pessoa pode entender as informações disponibilizadas pela Prefeitura no seu site?	Medeiros; Magalhães; Pereira, 2013, Borges; Jambeiro, 2012
14: Quando você está desempenhando a função de analisar e fiscalizar como são feitas as licitações, você sente satisfeito?	Souza; Medeiros, 2012
15: Acha que está fazendo algo a mais do que era esperado para qualquer pessoa da cidade?	Souza; Medeiros, 2012
16: Como voluntário na OSP, você pode dizer hoje que entende mais de gestão pública?	Souza; Medeiros, 2012
17: Você acha que é um cidadão melhor e mais preparado?	Souza; Medeiros, 2012
18: Caso você fosse pensar numa metáfora ou numa imagem sobre você como voluntário no OSP, qual seria essa imagem?	Salazar; Silva; Fantinel, 2015

*Fonte: Elaborado pelo autor

⁶ É importante informar que em relação ao aprendizado na atividade voluntária foi utilizado noções sobre a fiscalização da gestão pública com base nos Portais de Transparência, tendo referencial os trabalhos que identificam vantagens e falhas nesses portais (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2013; BORGES; JAMBEIRO, 2012). Tal escolha se deu com base numa perspectiva de que para a utilização dos portais é preciso uma preparação prévia, já que “a linguagem utilizada nos relatórios, balanços, demonstrativos e demais documentos é técnica e não didática” (ALLEGRETTI; PLATT NETO, 2010, p. 91).